



## **Ata da 4.ª Reunião de Câmara | Ordinária**

**01 de fevereiro de 2021, 16:00h**

### **Maia, Paços do Concelho | Videoconferência**

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de 2021, pelas 16:00h, por videoconferência, através da plataforma Zoom, realizou-se a 4.ª reunião de Câmara, ordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago;
2. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
4. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
5. Vereadora, Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
6. Vereador, José António Andrade Ferreira
7. Vereador, Mário Nuno de Sousa Neves
8. Vereador, Jaime Manuel da Silva Pinho
9. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
10. Vereadora, Paula Cristina Romão Pereira
11. Vice-Presidente, Marta Moreira de Sá Peneda

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:



## 1. Período Antes da Ordem do Dia

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, dando nota de nota de que achava que a ordem de trabalhos das reuniões e o número de pontos eram muito extensos, e que já tinham feito uma intervenção a sensibilizar o Senhor Presidente para esse facto, tendo sido nas ultimas reuniões menos pontos, e que as reuniões tinham fluído muito melhor, o clima acabava por ser mais assertivo, por não estarem com tanta tensão para cumprir o tempo, o que levava por vezes a uma certa desconcentração. Referiu a Senhora Vereadora que a agenda tinha mil páginas, que o Senhor Presidente poderia dizer que não tinham interesse, mas se não tivessem interesse não precisavam de constar na documentação. Mais referiu a Senhora Vereadora que consideraram que o formato continuava a ser anacrónico e quase surreal. A Senhora Vereadora questionou a Senhora Vereadora da Educação Emília Santos, se poderia fazer o ponto de situação relativamente à disponibilidade dos meios informáticos digitais e de rede que seriam necessários a partir do dia oito de fevereiro, uma vez que ao nível do pré-escolar e do primeiro ciclo estavam exclusivamente sobre a alçada das autarquias, e se a Senhora Vereadora Emília Santos poderia dizer se estava tudo devidamente acautelado, para que não houvesse sobressaltos, para que as crianças efetivamente conseguissem estar em pé de igualdade quando migrassem para o ensino à distância.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, afirmando que no ano passado foi feita uma reunião extraordinária para discutir, votar e aprovar a subsidiação às coletividades, e inclusivamente foi organizada uma cerimónia para protocolar os referidos subsídios, ou parcialmente entregues até ao final do ano passado. Referiu o Senhor Vereador que lhe tem chegado a informação de algumas coletividades que ainda não receberam rigorosamente nada. O Senhor Vereador gostava de saber se existia alguma razão para tal estivesse a acontecer.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras interveio, questionando como estavam a ser acolhidas as intenções de intervenções do público nas reuniões públicas, questionando se não existiam inscrições ou de que forma agora se faziam, dado que há muito tempo que se faziam reuniões on-line, e com certeza que este assunto estava a ser acautelado, mas gostava de saber a





Senhora Vereadora o ponto de situação. A Senhora Vereadora interveio também em relação aos transportes públicos, referindo que 2021 sera um ano muito importante para o Transporte Público Rodoviário nomeadamente na AMP. Questionou a Senhora Vereadora relativamente à STCP se já tinha sido resolvida a situação, se já havia desenvolvimentos face a dezembro, se a STCP já tinha passado para a alçada dos Municípios. A Senhora Vereadora solicitou o ponto de situação à data de 01 de fevereiro de 2021. Solicitou ainda informação sobre a execução do PART em 2020 e sobre o previsto para 2021, dado que o que estava previsto no Orçamento de Estado para 2021 para a Área Metropolitana do Porto nesta medida, era sensivelmente o mesmo que estava previsto para 2020, e que esta verba, como era sabido não tinha sido suficiente. Referiu a Senhora Vereadora que no ano de 2021 as Autarquias teriam de pagar 20% da comparticipação prevista na LEO2021, e que iria haver um acréscimo ao PART de dois milhões de euros (2.000.000,00€), na AMP, que era financiado na totalidade pelas Câmaras Municipais. Mais referiu a Senhora Vereadora que atendendo a que o valor para 2020 não tinha sido suficiente - por causa do impacto da pandemia na procura - para pagar as obrigações de serviço público aos operadores de transporte público rodoviário, como é que estavam as Autarquias a olhar para essa situação e nomeadamente a Área Metropolitana do Porto, porque naturalmente iriam ter este ano um défice operacional elevado, dada a quebra de procura. Naturalmente que sabia que se teria que aguardar pelos resultados finais dos exercícios económicos das empresas de 2020, mas infelizmente pelos dados que tinha não advogavam nada de auspicioso. A Senhora Vereadora questionou assim, qual a estimativa de despesa que a CM da Maia tinha para 2021 para fazer face aos seus compromissos sobre o PART, STCP e remuneração ao operador privado rodoviário que ganhar o concurso público internacional em curso, no Lote da Maia/Matosinhos/Trofa. Prosseguiu a Senhora Vereadora relativamente ao concurso público internacional, lembrando que a União Europeia tinha dado como limite o 3 de dezembro de 2019 para adjudicação da operação de serviço público de transporte rodoviário resultante de concurso público, havendo no entanto uma prorrogação de 2 anos, extraordinária que terminava em dezembro de 2021, para as autorizações provisórias. Mais referiu a Senhora Vereadora que na Área Metropolitana do Porto infelizmente o concurso tinha provocado uma grande



litigância, enquanto que no que tinha ocorrido em Lisboa isso não se tinha verificado. Questionou também a Senhora Vereadora o ponto de situação sobre o desenrolar do concurso público internacional e se realmente esperavam que fosse possível o término da adjudicação aos novos operadores, que naturalmente se classifiquem em primeiro lugar no concurso. Relembrou ainda que se a operação destes não iniciar até dezembro de 2021, o País incorre que coimas elevadas junto da União Europeia.

O Senhor Presidente interveio, afirmando que quanto à questão de a resenha ser extensa, o que ultimamente não tem sido, sendo esta ligeiramente mais extensa, era sintomático da capacidade realizadora do Município, mesmo num período em que era quase impossível de trabalhar com esta adversidade, todos os dias com resolução de problemas emergentes, o que era sinónimo de empenho e responsabilidade do Executivo.

A Senhora Vereadora Emília de Fátima Moreira dos Santos interveio, afirmando que era verdade que a partir do dia oito de fevereiro se voltava ao ensino à distância, em todas as escolas de Concelho e do País, dando nota de que a Câmara Municipal tinha cerca de mil máquinas disponíveis para entregar aos alunos, e que em primeira instância os primeiros a serem socorridos seriam os do primeiro ciclo, e depois os restantes alunos. Referiu a Senhora Vereadora que antes da Reunião de Câmara esteve reunida com os Diretores dos Agrupamentos, onde recolheu o levantamento de necessidades que foi facultado, pese embora ainda faltassem três. Mais referiu a Senhora Vereadora que em princípio conseguiriam responder a tudo, inclusivamente ao ensino secundário. Acrescentou a Senhora Vereadora que na prática era dito que o Governo tinha entregue através do programa escola digital computadores a todas as escolas, na Maia ainda não tinha chegado a todas as escolas. De acordo com a informação que a Senhora Vereadora dispunha, podia concretizar que tinham mil e oito máquinas disponíveis, e que na passada quinta feira tinham chegado mais cem máquinas, que a Câmara Municipal da Maia tinha adquirido atempadamente, porque pensaram e planearam o ano escolar atempadamente, reforçando assim o equipamento com mais cem máquinas. Referiu a Senhora Vereadora julgar estar à altura de responder a partir da próxima semana às solicitações dos agrupamentos





escolares, substituindo-se a Câmara Municipal, mais uma vez, ao Governo. Mais referiu a Senhora Vereadora que o mais importante era chegar às crianças e às suas famílias, e que no ensino à distância não bastava ligar um computador, mais importante era acautelar um conjunto de outras coisas, que foi o que esteve a fazer na reunião que tinha acabado de referir, nomeadamente o que fazer com as crianças que estavam nas escolas de acolhimento e também iriam precisar de ter aulas à distância. A Senhora Vereadora salientou que eram cerca de cinquenta crianças que teriam que ter professores a acompanhar, pelas 7 escolas de acolhimento do Concelho, para que essas crianças também pudessem aceder ao ensino à distância. Mais acrescentou a Senhora Vereadora que era necessário voltar a reativar uma linha de apoio aos Pais que por algumas dificuldades de literacia informática não saibam como aceder a internet ou como funcionar com um tablet, voltando a Câmara a ter uma equipa de técnicos de informática disponível para dar essas informações e colaborar com os Pais que precisem de prestar esse apoio também às crianças mais pequenas. Deu nota a Senhora Vereadora que era importante que as crianças tivessem uma oportunidade de desenvolver atividades em família, e para isso os técnicos de apoio às atividades à família iriam disponibilizar através do Portal da Educação cinco oficinas: oficina do play english, oficina do cria e explora, oficina do relaxamento, oficina dos sons e sentidos e oficina das ciências, para que os Pais pudessem ter momentos, nem que fossem de quarenta minutos por dia, de partilha com as crianças, porque era difícil ao fim de cada dia de trabalho conciliar um conjunto de tarefas que tinham a ver com o ensino e a partilha de atividades, como também a componente laboral de cada um dos pais, foram desenvolvidas essas oficinas que serão disponibilizadas através do Portal da Educação e partilhadas a partir daquela semana nas reuniões de Pais, que cada agrupamento irá ter. Referiu também a Senhora Vereadora que haverá também as atividades de enriquecimento curricular à distância com três tempos de quarenta minutos semanais, de atividade física, de yoga e de "cria mais" que é uma atividade que se subdivide em filosofia, cidadania e ciências. Salientou a Senhora Vereadora que era o pacote que o Município tinha definido com os agrupamentos e que ia além do ligar e deligar o computador, do ter ou não ter um computador, porque isso já estava assegurado há



muito tempo, desde a primeira vaga com a colaboração das empresas do concelho e do investimento do Município.

O Senhor Presidente interveio, referindo que sobre os subsídios às coletividades, não tinha sido possível realizar a sessão pública de assinatura dos contratos programa com as coletividades, tendo estado o Senhor Presidente um sábado pela manhã no Salão D. Pedro IV, antes do final do ano, a assinar contratos com as coletividades que tinham toda a documentação justificativa. O Senhor Presidente afirmou que havia coletividades que ainda não tinham recebido o subsidio pois não tinham apresentado os documentos justificativos de despesa. Quando à questão do concurso público internacional relativo a transportes, o Senhor Presidente referiu que esteve na passada sexta feira (29 janeiro de 2021), numa reunião com a Área Metropolitana do Porto, tendo recebido a informação de que o concurso estava a decorrer dentro da normalidade, salientando o Senhor Presidente que o concurso público internacional estava sobre a alçada da Área Metropolitana da Porto. Sobre a questão colocada da STCP, o Senhor Presidente informou que todos os Municípios associados da STCP deram o seu IBAN, para que as ações fossem depositadas, tendo a Câmara Municipal da Maia 9,6% do capital acionista da STCP. Relativamente ao PART afirmou o Senhor Presidente que a perspetiva do Conselho Metropolitano do Porto era a de não efetuar mais nenhum pagamento, sendo o PART suportado de forma mais generosa pelo Fundo Ambiental. À pergunta sobre os custos em transportes agravados pela pandemia, espera o Senhor Presidente que o Governo, no momento certo, ajude os Municípios que são sócios da STCP.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, solicitando ao Senhor Presidente a informação sobre qual era o índice de realização dos clubes, sobre o que foi pago em 2020. O Senhor Presidente prontificou-se a solicitar aos serviços financeiros uma listagem com o que os clubes receberam e os que ainda não tinham recebido no ano de 2021. Anui o Senhor Vereador, referindo que era exatamente o que pretendia.

O Senhor Presidente informou a Câmara da intenção de mandar celebrar uma missa, de aniversário natalício por alma do saudoso Doutor José Vieira de Carvalho, em 18 de abril e uma missa anual a celebrar por alma do Benemérito Augusto Simões Ferreira





da Silva, falecido a 30 de setembro de 1948. Informou também o Senhor Presidente do agradecimento da ASMAN, pela generosidade da Câmara Municipal da Maia, na concessão de benefício público.

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pela Chefe da UAOA, Marisa Neves, quanto à garantia de participação dos interessados nas reuniões de câmara, por videoconferência, mediante inscrição prévia.

**2. Aprovação da ata da 37.ª reunião extraordinária de 14 de dezembro de 2020**

Lida a ata, foi a mesma **aprovada por unanimidade**, com ligeiras retificações propostas pela Senhora Vereadora Paula Romão. Não participou na votação o Senhor Vereador Andrade Ferreira, por impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

**3. Aprovação da ata da 38.ª reunião ordinária de 21 de dezembro de 2020**

Lida a ata, foi a mesma **aprovada por unanimidade**, com a condição de audição da gravação, pontos 29 e 41, pelos Senhores Vereadores Jaime Manuel da Silva Pinho e José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, nos termos definidos pela Câmara Municipal, e com retificações propostas pela Senhora Vereadora Paula Romão.

**4. Aprovação da ata da 39.ª reunião extraordinária de 23 de dezembro de 2020**

Lida a ata, foi a mesma **aprovada por unanimidade**, com a condição de audição da gravação, pelos Senhores Vereadores Jaime Manuel da Silva Pinho e José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, nos termos definidos pela Câmara Municipal.

**5. Aprovação da ata da 1.ª reunião ordinária de 4 de janeiro de 2021**

Lida a ata, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

**6. Regulamento de Táxis – Discussão Pública**

Proposta n.º 2974/21, subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro da Mobilidade e Transportes, Mário Nuno Alves de Sousa Neves.

Submetida a discussão e votação foi a proposta de regulamento de táxis, **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

**CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA  
**UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA  
TEL. 229 408 600 - FAX 229 490 170 - presidencia@cm-maia.pt - www.cm-maia.pt



7. Assinatura de Protocolo entre a Associação Casa da Arquitetura e o município da Maia e aprovação de verba para produção do evento Open House

Proposta n.º 863/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves

Submetida a discussão e votação foi a proposta e assinatura do protocolo, aprovada por unanimidade.

8. Assinatura de Acordo de Compromisso da Implantação do Sistema Municípios em Transição

Proposta n.º 2386/21, subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, solicitando esclarecimentos sobre o projeto.

O Senhor Vereador Mário de Sousa Neves interveio, esclarecendo que o projeto estava inserido no projeto Living Lab, que implicava a colaboração ativa da população, envolvendo várias questões, nomeadamente a economia circular e a mobilidade. Referiu o Senhor Vereador que eram um conjunto de atividades que tinham de ser realizadas *in loco* envolvendo a população, sendo o local mais interessante para iniciar o projeto o Bairro do Sobreiro atendendo a tipologia da população. Entendeu o Senhor Vereador que o melhor parceiro para desenvolver o projeto era a Santa Casa da Misericórdia da Maia, fruto da experiência que a instituição tinha no terreno. Mais referiu o Senhor Vereador que no fundo era tentar fazer uma repetição com objetivos e contextos diferentes do que já se tinha feito ao nível do processo participativo relacionado com o processo de revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), tentando envolver as pessoas o mais possível através de atividades relacionadas com o novo paradigma de vida, energia e transportes. Questionou a Senhora Vereadora Sandra Lameiras se a Associação *Moving Cause* tinha experiência neste assunto, respondendo o Senhor Vereador que sim, estando a Associação





envolvida com a Câmara Municipal em projetos semelhantes, tendo também a garantia do envolvimento direto da Santa Casa da Misericórdia da Maia.

Submetida a discussão e votação foi a proposta e assinatura de compromisso, **aprovada por unanimidade.**

Não participam na votação, a Senhora Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho e José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, considerando impedimento previsto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo.

**9. Proposta de postura de trânsito na Rua de Américo Alves de Sousa, freguesia de Nogueira e Silva Escura**

Proposta n.º 2227/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

**10. Proposta de postura de trânsito na Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos, freguesia da Cidade da Maia**

Proposta n.º 48505/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

**11. Lugar de estacionamento privativo reservado a pessoa com mobilidade reduzida na Rua de Rochedale, freguesia Cidade da Maia**

Proposta n.º 47 178/20, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta, **aprovada por unanimidade.**



12. Lugar de estacionamento privativo reservado a pessoa com mobilidade reduzida na Rua dos Combatentes, freguesia de Pedrouços

Proposta n.º 52 264/20, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta, aprovada por unanimidade.

13. Reperfilamento da Avenida de D. Mendo (Ex-EN 13) entre a designada rotunda da "SONAE" e o limite sul do Concelho, na Freguesia da Cidade da Maia EV 85/17 – Prorrogação do Prazo

Informação n.º 47866/20, emanada pelo Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que quanto a este ponto, numa das ultimas reuniões de Câmara, e por sugestão da Coligação Um Novo Começo, tinha sido prorrogado o prazo por mais trinta dias. Referiu a Senhora Vereadora que existiam informações de 16 e 17 de novembro que andaram perdidas na Câmara e que deveriam consubstanciar o ponto na reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2020, e que para além do prazo existiam trabalhos extra supostamente solicitados pela EDP Distribuição, não estando esse assunto muito claro. A Senhora Vereadora solicitou uma explicação mais aprofundada para a questão dos trabalhos a mais, como também sobre os oitenta dias de prazo, o que era muito tempo, pelo que anteriormente já tinham dado sessenta dias. O Senhor Presidente referiu que a prorrogação do prazo era graciosa.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, afirmando que o ponto em causa, quando foi à Câmara em 21 de dezembro de 2020, a empresa tinha solicitado mais trinta dias de prazo, achando na altura que o prazo era curto face à obra em causa.

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pelo Chefe da Divisão de Projetos Espaço Público e Infraestruturas, Arq. Pedro Tiago, Chefe da Divisão de Projetos, espaço Público e Infraestruturas.





Submetida a discussão e votação foi a prorrogação do prazo por um período de 110 dias, aprovada por unanimidade

14. F4\_2012 – Construção do Centro Escolar de Folgosa EB1/JI – Núcleo da Igreja de Folgosa

Receção Definitiva relativa aos últimos 3% da garantia da empreitada

Informação n.º 51 508/20, emanada do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade

Submetido a discussão e votação foi o auto de receção definitiva dos últimos 3% da garantia da empreitada, aprovado por unanimidade

15. EE22/18 – “Medidas de eficiência energética do Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães, na freguesia da Cidade da Maia”, Norte 2020 – Norte.03.2017-42

Prorrogação de prazo

Informação n.º 50 429/20, emanada do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, colocando a questão de que o prazo solicitado pelo técnico era até ao dia 26 de fevereiro de 2021, quando em termos técnicos o prazo da obra tinha acabado há um mês, questionando o porquê de só agora ter sido remetido à Câmara.

O Senhor Presidente interveio, afirmando que ao aprovar a proposta estariam a aprovar a prorrogação do prazo desde a data em que obra tinha terminado até ao dia 26 de fevereiro de 2021.

Submetida a discussão e votação foi a prorrogação do prazo graciosa até à data de 21 de fevereiro de 2021, e aprovação dos planos de pagamentos, cronograma financeiro e mapas de trabalhos, aprovada por unanimidade

16. “Estádio Professor Doutor José Vieira de Carvalho – Reabilitação da pista de atletismo”

Auto de receção definitiva



Informação n.º 12/21 emanada do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade

Submetida a discussão e votação foi o cancelamento da garantia bancaria, aprovada por unanimidade

17. Empreitada de "Beneficiação das condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário"

Adjudicação e minuta do contrato

Proposta n.º 9986/19, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que esteve a ler o relatório do júri, verificando que havia um só concorrente. A Senhora Vereadora lembrou que a empresa Ravizavar tem vindo a receber bastantes adjudicações pela Câmara Municipal face aos preços que pratica. Mais referiu a Senhora Vereadora que houve uma situação em dezembro em que a Senhora Vereadora solicitou que fosse pedida à empresa a última IES (informação empresarial simplificada) assim como a folha salarial dos trabalhadores que tinham à data de 30 de novembro de 2020.

O Senhor Presidente interveio, afirmando que se recordava da solicitação da Senhora Vereadora Sandra Lameiras, solicitando aos serviços técnicos responsáveis, novo pedido dos documentos junto da empresa Ravizavar. Mais referiu o Senhor Presidente que era uma empreitada que iria intervir nas paragens dos transportes públicos no Concelho, adaptando as paragens dos autocarros a todas as situações de mobilidade reduzida. Acrescentou o Senhor Presidente que a referida empreitada não tinha tido um início mais célere, pelo motivo de ter estado aguardar pelo concurso de publicidade.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, questionado se o benefício criado nas paragens era objeto do concurso de publicidade.

O Senhor Presidente respondeu que não, e que a intervenção ia ser efetuada no âmbito do espaço físico onde se encontram as paragens de autocarros.





Submetida a discussão e votação foi proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, aprovada por unanimidade

18. Concurso público com publicitação internacional para renovação do contrato Enterprise Agreement da Microsoft de suporte e direito às atualizações dos produtos Microsoft

Adjudicação e minuta do contrato

Proposta n.º 40 757/20, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que havia um lapso desde a página dez até ao final do ponto.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, questionando se a CLARANET II que ganhou o concurso, era a mesma que já fornecia as licenças para a Câmara ou se era outra empresa.

O Senhor Vereador Mário Nuno de Sousa Neves interveio, afirmando que acreditava nos serviços, e se os serviços recomendaram e a escolheram certamente era a que oferecia melhores condições.

Submetida a discussão e votação foi a proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, aprovada por unanimidade, retificando os anexos ao documento, por erro de digitalização.

19. Empreitada de obras públicas para a manutenção corrente de pavimentos e infraestruturas de drenagem de águas pluviais em diversos arruamentos no concelho da Maia

Decisão sobre pedido de esclarecimentos (ratificação)

Proposta n.º 30 197/20, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de ratificação de pedido de esclarecimentos, aprovada por unanimidade.



20. Empreitada de obras públicas para a manutenção corrente de pavimentos e infraestruturas de drenagem de águas pluviais em diversos arruamentos no concelho da Maia

Adjudicação e minuta do contrato

Proposta n.º 30 197/20, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, aprovada por unanimidade.

21. Processo de loteamento registado sob o n.º 3432/19 – Vítor Luís Neves dos Santos Leite

Submetido a discussão e votação foi o deferimento e concessão da alteração aos lotes 9 e 10 do alvará de loteamento 21/06, com sujeição às condições impostas na presente informação técnica, aprovado por unanimidade.

22. Cedência de Posição Contratual – Acordo Quadro de Beneficiação das Vias Municipais – Lote 2

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, questionando se quando foi lançado o concurso, estava previsto a cedência contratual.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, afirmando que era possível desde que a Câmara aceitasse, porque era o que estava escrito na Lei.

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pelo Chefe da Divisão de Projetos Espaço Público e Infraestruturas, Arq. Pedro Tiago, Chefe da Divisão de Projetos, espaço Público e Infraestruturas.

Submetida a discussão e votação foi a cessão de posição contratual da empresa Norurb SA à empresa Alcino Ferreira Soares Lda., no âmbito do Acordo-Quadro Lote 2 em referência, nos termos da informação técnica, aprovada por unanimidade.

23. Relatório de Avaliação e Controlo Ambiental do Plano Diretor Municipal da Maia

Informação n.º 2496/21, emanada pela Divisão de Planeamento Territorial





Submetido a discussão e votação foi o relatório de avaliação e controlo ambiental do plano diretor Municipal – 2019, e respetiva divulgação na página da Câmara Municipal e envio para a Agência Portuguesa do Ambiente, aprovado por unanimidade.

#### 24. Reativação do Programa Municipal de Emergência Social Covid-19

Proposta n.º 2314/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Ana Miguel Vieira de Carvalho

A Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho interveio, afirmando que na primeira vaga tiveram um Programa Municipal de Emergência Social, virado essencialmente para as dificuldades das famílias que pudessem nesse período ter perdido o emprego. Foi do entendimento que nesta fase fosse reativado, no fundo por pretenderem dar a possibilidade a todos aqueles que de junho do ano passado a março deste ano, durante algum período tivessem dificuldades e pudessem apresentar a candidatura à reativação do Programa Municipal de Emergência. A Senhora Vereadora referiu que a preocupação essencialmente era com o tinham notado na primeira fase e com o que tinham notado ao longo dos últimos anos com os programas de emergência, assim como a preocupação com as despesas da habitação, porque era essa a maior dificuldade de as famílias, proceder aos encargos que digam respeito à habitação, tendo também uma leitura da situação das famílias durante um ano e um mês, porque no último programa já incidia sobre os meses de março, abril e maio. Mais referiu a Senhora Vereadora que com esta reativação se propunha avaliar e dar a possibilidade às famílias de apresentarem despesas desde junho do ano passado até março do corrente ano.

Submetida a discussão e votação foi a reativação do Programa Municipal de Emergência Social Covid-19 e a afetação de €300.000,00 (trezentos mil euros), aprovada por unanimidade.

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos nos artigos 1.º e 4.º da Lei n.º 6/2020 de 10 de abril na sua redação atual

#### 25. Comparticipação financeira para apoio alimentar 2021

**CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA  
**UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA  
TEL. 229 408 600 - FAX 229 490 170 - presidencia@cm-maia.pt - www.cm-maia.pt



Proposta n.º 2316/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
António Domingos da Silva Tiago

A Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho interveio, afirmando que considerando a pandemia entenderam criar uma comparticipação financeira reforçada para o apoio alimentar. Para além da Santa Casa da Misericórdia da Maia, que é quem executa o projeto re-criar no Centro de Apoio à Comunidade, foram convidadas mais duas entidades, a Cruz Vermelha Portuguesa e as Conferências Vicentinas. Mais referiu a Senhora Vereadora que a proposta era igual à que foi a reunião de Câmara em março de 2020, pretendendo também verificar as necessidades das famílias e medir todas as semanas.

O Senhor Presidente interveio, afirmando que neste período de maior dificuldade e necessidade, se reforçava o apoio e ajuda às famílias através destas instituições.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, referindo que gostava de saber e atendendo a que se tratava de um programa de apoio alimentar, quantas famílias apoiava cada uma das instituições a quem se iria atribuir a comparticipação financeira.

A Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho interveio, afirmando que constava nos relatórios as famílias apoiadas, quer no âmbito do re-criar Centro de Apoio à Comunidade, quer no especial esforço das Conferências Vicentinas e da Cruz Vermelha Portuguesa.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, afirmando que sabia quantas famílias as Conferências Vicentinas apoiavam, que eram cerca de mil famílias, e pela diferença de verbas, subentendia o Senhor Vereador que o programa re-criar apoiava três mil e duzentas famílias, e que só assim se justificava a diferença de verbas. Referiu o Senhor Vereador que se tem manifestado sempre pelo pouco apoio que era dado as Conferências Vicentinas, porque entende o Senhor Vereador que as Conferências Vicentinas são a primeira frente de combate às necessidades primárias. Nunca entendeu o Senhor Vereador porque razão as Conferências Vicentinas por dezoito paróquias recebiam apenas vinte cinco mil euros (25.000,00€)





A Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho interveio, começando por dizer que sabia da sensibilidade e reconhecimento que o Senhor Vereador Jaime Pinho tinha pelo trabalho das Conferências Vicentinas, não maior do que o reconhecimento que a Senhora Vereadora tinha. Disse também a Senhora Vereadora que a entidade Misericórdia era quem tinha desenvolvido desde o início o trabalho de apoio alimentar, porque tinha sido a entidade que se tinha candidatado ao programa Europeu de apoio alimentar. Mais referiu a Senhora Vereadora que nos últimos dois anos, para além da Misericórdia, também a Cruz Vermelha se tinha candidatado, gerando as duas entidades um tipo de apoio diferente. Naturalmente a Senhora Vereadora reconhece o trabalho dos Vicentinos, até porque sabia que as Conferências Vicentinas estavam na primeira linha e em todas as paróquias do Concelho, daí ser também integrada neste apoio. A Senhora Vereadora acrescentou que o que não tinha sido feito foi a distribuição da verba por família, por achar que neste momento não fazia sentido.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, reforçando o que tinha dito, que não estava a dizer que era muito dinheiro que se dava para o programa recriar, mas achava o Senhor Vereador que se dava pouco dinheiro às Conferências Vicentinas. Referiu o Senhor Vereador que não estava a aferir porque não tinha conhecimento de causa ainda da situação da Cruz Vermelha, não tendo por objetivo dizer que era muito dinheiro, achando sempre pouco para estas situações.

A Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho interveio, referindo que recebiam apoio do banco alimentar e que nas últimas reestruturações do banco alimentar do Porto passaram a beneficiar as Conferências Vicentinas deixando de apoiar o re-criar. Mais referiu a Senhora Vereadora que teve que ser feita uma reavaliação pela Câmara Municipal das necessidades das famílias que eram apoiadas, porque o banco alimentar entendeu que queria ter instituições mais pequenas, e não instituições tão organizadas. A Senhora Vereadora acrescentou que a verba dada em dezembro, mais esta comparticipação financeira, perfaziam trinta mil euros (30.000,00€).

O Senhor Presidente interveio afirmando que as comparticipações financeiras são tidas pelas Conferências Vicentinas como justas, sensatas e corretas.



Não participam na votação, a Senhora Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho e José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, considerando impedimento previsto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo.

Submetida a discussão e votação foi a proposta, aprovada por unanimidade.

26. Atribuição de uma comparticipação financeira no valor de € 94 538,16 (noventa e quatro mil quinhentos e trinta e oito euros e dezasseis cêntimos), atendendo ao valor global de € 157 556,93 (cento e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e seis euros e noventa e três cêntimos) que a Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura alcançou por transação extrajudicial e com sentença homologatória, no âmbito do processo judicial n.º 1372/17.3BEPRT, que correu o seus termos na Unidade Orgânica 2, do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, atendendo a outorga do Contrato – Programa celebrado com a então Junta de Freguesia de Nogueira, atualmente Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura denominados "Construção da Nova Sede da Junta de Freguesia de Nogueira – Empreitada de Acabamentos Gerais".

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

O senhor Presidente interveio, esclarecendo que era um processo de contencioso antigo da Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura, que a Câmara Municipal tinha ativamente colaborado por forma a que em sede de Tribunal se chegasse a acordo com o empreiteiro, o que veio a acontecer com um pagamento de 60% da dívida reclamada.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, questionando se existia mais alguma Junta de Freguesia nesta situação, respondendo o Senhor Presidente que não. Referiu a Senhora Vereadora que os projetos das Juntas de Freguesia tinham sido megalómanos, havendo agora dezasseis edifícios e só existindo dez Freguesias.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, afirmando que São Pedro de Avioso não tinha tido edifício.





Submetida a discussão e votação foi a proposta, aprovada por unanimidade. Subscrição da proposta pelo senhor vereador Paulo Ramalho.

#### 27. Tarifário SMAS para o ano de 2021

Proposta n.º 3615/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Ana Miguel Vieira de Carvalho e pelo Senhor Vereador da Economia, Relações Internacionais e Assuntos Jurídicos, Paulo Fernando de Sousa Ramalho

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que a proposta já tinha sido aprovada pelo Conselho de Administração dos SMAS, e comunicada e validada pela ERSAR, sendo a deliberação da câmara um "pró-forma", porque já estava tudo aprovado.

O Senhor Presidente interveio, esclarecendo que a aprovação da ERSAR não era vinculativa, mas uma recomendação, o Conselho de Administração dos SMAS aprova a proposta, e quem tem competência para aprovar é a Câmara Municipal. Mais referiu o Senhor Presidente que para a Câmara aprovar tinha que haver uma proposta aprovada em primeira instância pelo Conselho de Administração dos SMAS. O Senhor Presidente respondeu que a Lei apenas obrigava a enviar a proposta à ERSAR para que se pronunciasse.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, afirmando que o que dizia a proposta era "O Conselho de Administração dos SMAS aprovou em 12 de outubro o tarifário de venda de água, e de recolha, drenagem e tratamento de águas."

O Senhor Presidente interveio, afirmando que era exatamente o que tinha que dizer "aprovou", mas que essa aprovação só era válida depois de a Câmara Municipal aprovar em definitivo.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que a proposta deveria ter ido para aprovação até 31 de dezembro, e que estávamos a 1 de fevereiro. A Senhora Vereadora referiu que foi com agrado que verificaram que uma das situações que tinha justificado o voto contra o tarifário de 2020, que tinha sido aprovado em dezembro de 2019, era a questão da redução das faturas para famílias



numerosas, onde propôs a Coligação Um Novo Começo um alargamento nos escalões de tarifa variável, o que era exatamente o que estava agora a ser proposto. Mais referiu a Senhora Vereadora que se congratulavam por irem ao encontro dessa proposta que tinha ficado na declaração de voto contra, feita relativamente a essa matéria em dezembro de 2019. No entanto tinha a Senhora Vereadora mais uma questão que se prendia com os custos das ligações que defendiam a gratuidade para ramais até vinte metros de extensão, de acordo com o que estava preconizado no regulamento de relações comerciais dos serviços de água e resíduos, e que não se encontrava revertido na proposta. Devido a esse facto o voto era contra.

O Senhor Presidente interveio, afirmando que a proposta que estava a ser discutida, não era o que a Coligação Um Novo Começo tinha colocado na declaração de voto, mas sim o que estava preconizado no manifesto eleitoral de 2017 da coligação que suporta a maioria na Câmara, de acudir e ajudar as famílias numerosas. O Senhor presidente informou a Câmara que teve conhecimento de que as perdas de água no Concelho da Maia em novembro último baixaram 10%. Mais informou o Senhor Presidente que se estava a desenvolver um projeto muito ambicioso de telemetria e telegestão da rede, pago exclusivamente pelo Município.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que um Presidente magnânimo e construtivo diria assim "não obstante o facto de nós termos proposto isto no nosso programa eleitoral é com regozijo que vemos que neste âmbito convergimos, e portanto quer a oposição quer a minha maioria, defendemos o mesmo na tarifa para as famílias numerosas." Isto é que era um Presidente magnânimo e construtivo. A Senhora Vereadora referiu que, não obstante esse facto não compreendiam porque razão, tendo o Senhor Presidente a capacidade de decisão sobre essa matéria logo no primeiro ano em que foi Presidente, o faça apenas no último ano de mandato. Termina a Senhora Vereadora a sua intervenção referindo que quando não sabem fazer determinadas coisas, o que era normal, porque os avanços eram grandes e a inovação estava à porta e girava a uma velocidade estonteante, fazer subcontratações para quem sabe era uma excelente medida. Mais referiu a Senhora vereadora que o que tinha acabado de dizer o Senhor Presidente, que a subcontratação que fizeram à Indaqua para assessorar os SMAS





para a parte das perdas de água, estava a ser concretizada e com bons resultados, têm feito um trabalho meritório em vários Municípios. Acrescentou a Senhora Vereadora que ficava contente por também estar a acontecer na Maia, porque as perdas de água eram na ordem dos 40%, o que era inaceitável.

O Senhor Presidente interveio, afirmando que o que estavam a aprovar era o tarifário normal para os SMAS para 2021, sem atualizações e sem aumentos de tarifário.

Submetida a discussão e votação foi a proposta, **aprovada por maioria**, esta em consequência do voto contra da Coligação "Um Novo Começo", que apresentou declaração de voto ditada para a ata.

"Na declaração de voto que a Coligação Um Novo Começo apresentou a propósito do tarifário para 2020, em 16 de dezembro de 2019, propunha-se a redução da fatura para as famílias numerosas, propondo-se o alargamento dos escalões da tarifa variável por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos, pelo que nos regozijamos com a proposta agora apresentação pela maioria PSD/PP, que acolhe esta nossa pretensão. No entanto, nessa mesma declaração de voto propunha-se ainda que os custos com as ligações para ramais até 20 m de extensão deveriam ser gratuitos, de acordo com o preconizado no Regulamento n.º 594/2018 Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos. Acresce o facto, de mais uma vez, a Coligação Um Novo Começo não ter sido ouvida no âmbito da elaboração da proposta para o tarifário dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS) de 2021, por este facto votamos contra neste ponto."

28. Constituição de fundos de maneiio nos termos do regulamento interno do Município da Maia, face ao disposto no ponto 2.9.10.1.11. do Decreto-Lei n.º 54-a/99, de 22 de fevereiro, não revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro – sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), conforme dispõe o seu artigo 17.º - norma revogatória.

Submetida a discussão e votação foi a constituição de fundos de maneiio, **aprovada por unanimidade**.



29. Reportes obrigatórios nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (art.º 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e art.º 17 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual):

Declaração de Compromissos Plurianuais

Declaração de Pagamentos em Atraso

Declaração de Recebimentos em Atraso

A Câmara tomou conhecimento, da informação prestada.

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

30. Autorização prévia genérica do órgão deliberativo para assunção de compromissos plurianuais em 2020, nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (art.º 6 da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e art.º 12 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho):

Listagem do ano 2020

A Câmara tomou conhecimento, da informação prestada.

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

31. Fundos Disponíveis 2021: 1) Mapa de resumo de fluxos de caixa – saldo final da gerência de 2020; 2) apuramento do valor dos fundos disponíveis para o semestre: janeiro a junho de 2021; 3) utilização da dotação orçamental do saldo final da gerência de 2020, nos termos previstos no artigo 44.º das normas de execução do orçamento para 2021.

A Câmara tomou conhecimento, da informação prestada.





Finda a discussão dos pontos a Senhora Vereadora Paula Romão pediu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a concedeu, tendo a Senhora Vereadora feito uma intervenção, registada em ata.

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, referindo que lançava o desafio ao Senhor Presidente de ouvir a gravação da ata de reunião, de verificar toda a retórica que teve desde o início até ao fim da reunião, e que não vai ficar em ata, que não interessa para nada a ninguém, e que o Senhor Presidente se arrogava a utilizar o tempo a seu belo prazer. Referiu que o tempo era o mesmo e devia ser gerido com cuidado e com equidade, que é algo que o Senhor Presidente não fez nem fazia muitas vezes e, portanto, essa era a sua manifestação de protesto quanto ao facto de lhe ter retirado a palavra, de não a ter deixado fazer uma pergunta à Dra. Emília Santos, que não está baseada no facto do Senhor Presidente ou da Dra. Emília Santos não terem respondido à questão que colocou, nem tem nada a ver com isso, tem a ver com o facto de a Senhora Vereadora pretender fazer uma questão que ajudasse a interpretar aquilo que a Dra. Emília Santos lhe tinha dito, portanto, entende que tem todo o direito de o fazer. Refere que não pode aceitar essa atitude, refere que o Senhor Presidente é mais chefe do que líder, e como chefe tem uma atitude lamentável e como líder tem uma atitude imprópria que é má gestão do tempo. O tempo do Senhor Presidente não é nem mais nem menos importante do que o tempo para os Vereadores intervirem. Salaria que têm o direito a expor as suas ideias, a tirarem dúvidas e a serem esclarecidos, e que o Senhor Presidente não a deixou ser esclarecida, e que o Senhor Presidente tem uma atitude nada abonatória para um Presidente de Câmara.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.



Pelas 19:24h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por (24) vinte e quatro páginas e respectivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

  
António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

  
Marisa Neves

Maia, 01 de fevereiro de 2021